

DOCUMENTO FINAL

Nós representantes dos povos indígenas do sul, baixo e extremo sul da Bahia, das etnias Pataxó, Tupinambá de Olivença, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá do Vale do Jequitinhonha, representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, além das entidades de apoio as lutas indígenas, Associação Nacional de Ação Indigenista, Conselho Indigenista Missionário. Reunidos no Seminário dos Povos Indígenas do Sul, Extremo e Baixo sul da Bahia, refletindo os efeitos da Política Indigenista Oficial sobre os nossos povos e ainda fizemos levantamentos sobre a problemática das nossas terras, movimento indígena e políticas públicas. Percebeu-se que hoje graves ameaças aos direitos dos povos indígenas, continuam acontecendo em nosso País. O não cumprimento dos compromissos assumidos pelo atual Governo com os Povos e Organizações Indígenas, e a sua aproximação às classes dominantes e poderosas do País, têm trazido às nossas comunidades uma série de problemas, dentre eles podemos destacar: o aumento assustador da violência contra os nossos povos, perseguição, criminalização, e assassinato de nossas lideranças, o aumento da mortalidade infantil, de doenças endêmicas, a continuidade das invasões dos nossos territórios, a morosidade nas demarcações de terras, degradação do nosso meio ambiente, por madeireiros inescrupulosos, invasão de nossas terras por multinacionais como a Veracel, Bahia sul Celulose no sul e extremo sul da Bahia fazendeiros, o desrespeito às nossas organizações, às nossas tradições. Enfim a falta de uma política indigenista clara e precisa tem trazido, aos nossos povos, todo este quadro de desrespeito e violência generalizada. Percebemos nas nossas reflexões um imenso retrocesso nesta Política Indigenista e enormes perigos rondando as nossas comunidades. Vimos também à necessidade de nos rearticularmos, juntarmos forças e estabelecermos alianças estratégicas visando à defesa e a garantia aos nossos povos de justiça e dos nossos direitos constitucionais. Já neste sentido foi lançado neste Seminário o Fórum Permanente de Defesa dos Direitos Indígenas do Estado da Bahia, idealizado no Seminário dos Povos Indígena da Bahia, realizado em abril de 2005, visando aglutinar estas forças vivas na fiscalização, cobranças e combate a esta Política Indigenista descompromissada e totalmente alheia as necessidades dos Povos Indígenas.

Neste sentido viemos denunciar:

- As ameaças que vem sofrendo as lideranças da Frente de Luta e Resistência Pataxó, no extremo sul da Bahia por parte da empresa de celulose Veracel e por parte de alguns fazendeiros; Bem como as ameaças as lideranças Tupinambá;
- O intenso processo de criminalização de nossas lutas e de nossas lideranças;
- A postura do poder Judiciário da Bahia e da Justiça Federal em especial aqui na nossa região, que vem favorecendo constantemente aos invasores de nossas terras concedendo liminares de reintegração de posse e nunca levando em conta os nossos direitos históricos e constitucionais;
- A péssima gestão dos recursos destinados à saúde indígena e a falta de transparência entre o Ministério da Saúde, as Coordenações Regionais e as Prefeituras;
- A permanência de profissionais não qualificados nas equipes multidisciplinares de saúde;
- A postura autoritária e desrespeitosa adotada pelos órgãos oficiais quanto aos critérios de assistência e de reconhecimento ao Índio, como o uso da categoria de Índio desaldeado, ferindo a Constituição Federal brasileira e a convenção 169 da OIT a qual preconiza a autodeterminação dos povos indígenas;
- A posição da Funai na tentativa de diminuição e divisão dos territórios dos povos Pataxó do extremo sul e Tupinambá de Olivença;
- O não cumprimento das Diretrizes da Educação Indígena e do Plano Nacional de Educação que nos garante uma educação diferenciada e de qualidade.

Reivindicamos:

- A imediata apuração e tomadas de providências quanto à denúncias de perseguição, criminalização de nossas lideranças e ações judiciais contra nossas comunidades;
- Agilização no GT de identificação e delimitação do território Pataxó no extremo sul da Bahia;
- Revogação da prisão preventiva contra a nossa liderança Joel Braz, do povo Pataxó do extremo sul, processo que se encontra na Justiça;

- A imediata publicação do GT de identificação do Território Tupinambá de Olivença e a conseqüente demarcação e desintração do território;
- A imediata criação de GT de identificação do povo Tupinambá do Vale do Jequitinhonha;
- Definição imediata sobre a Ação de Nulidade de Títulos que se encontra há mais de 23 anos no Supremo Tribunal Federal sobre a Terra Indígena Caramuru- Catarina – Paraguaçu, do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, no sul da Bahia;
- Solicitamos a imediata intervenção do Ministério Público junto a Fundação Nacional do Índio – Funasa, no sentido de apurar as diversas denúncias de omissão, descaso e desrespeito para com os nossos direitos mais básicos no setor da saúde, que tem
- levado as comunidades indígenas em toda Bahia a situação de calamidade pública;
- Garantia de uma saúde diferenciada como nos garante a Lei; Com o aprimoramento do atendimento básico de saúde aos povos indígenas da Bahia, adequando a diversidade das etnias e suas condições específicas.
- Que seja cumprida e colocada em prática as Diretrizes da Educação Indígena e do Plano nacional de Educação que nos garante uma escola indígena de qualidade, bem como também uma educação diferenciada que venha a atender as demandas apresentadas as nossas comunidades.

Além de repudiar veementemente a postura do atual governo federal por não cumprir com os compromissos construídos com os povos indígenas do Brasil durante a campanha, repudiamos também o presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, por adotar uma política indigenista atrasada, contrárias aos direitos indígenas, e marcada pelo retorno à política tutelar, herança do regime militar, pela redução de Terras Indígenas. Repudiamos também as tentativas de mudanças e agressões aos nossos direitos garantidos na Constituição Federal e 1988, através de revisão constitucional constantemente levantada por nossos inimigos históricos.

Depois destes três dias de intensas reflexões e muita mística, motivados pelos nossos espíritos dos antepassados e nossos encantados e frente aos desafios a todos nós apresentados, nós povos indígenas do sul, extremo e baixo sul da Bahia exigimos que o governo federal e o governo estadual, dentro de suas competências, cumpram os compromissos assumidos com os povos indígenas. E o Ministério Público e os nossos aliados nos ajudem nas denúncias e na concretização e garantia de nossos direitos constitucionais e históricos.

Itabuna, 25 de maio de 2006.